



Apesar de a vacinação no país estar em níveis elevados, a nova variante do coronavírus continua forte e avançando

Em 24h, covid-19 faz mais de mil mortes

» MARIA EDUARDA CARDIM

Depois de se aproximar das mil mortes diárias pela covid-19 duas vezes nesta semana, o Brasil superou a marca ao registrar 1.041 óbitos pela doença nas últimas 24 horas. A última vez que se alcançou esse patamar foi em 18 de agosto do ano passado. O país bateu, também, o recorde no registro de infecções entre quarta-feira e ontem, ao confirmar 298.408 casos.

Em paralelo ao aumento exponencial de mortes causadas pela covid-19, a vacinação de crianças entre 5 e 11 avança a passos lentos, quase um mês após a inclusão da faixa etária no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO). De acordo com o último boletim Observatório Covid-19, divulgado ontem pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o ritmo da imunização pediátrica é lento em alguns estados.

Números do Ministério da Saúde mostram que apenas 2,1 milhões de crianças entre 5 e 11 anos foram vacinadas contra a covid-19. O público dessa faixa etária, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representa aproximadamente 20,5 milhões de brasileiros. Os pesquisadores da Fiocruz reforçam que as pessoas não vacinadas são mais suscetíveis às formas mais graves de infecção pela ômicron e que a aplicação nas crianças deve ser acelerada.

A médica pediatra e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (Sbim) Isabella Ballalai acredita que as mensagens passadas pelo ministério — como a cobrança de prescrição médica para vacinação —, além das permanentes campanhas de desinformação via redes sociais — que insistem que as vacinas são experimentais, o que é mentira —, geraram dúvidas e medo nos responsáveis pelas crianças.

“A literatura médica, a Organização Mundial da Saúde e pesquisas mostram que um fator importante para a adesão à vacinação é a confiança nas autoridades públicas”, salienta.

Segundo o Observatório da Fiocruz, 13 estados apresentaram

Alex Pazuello



Sepultamentos em massa voltaram a ser realidade no país, com o aumento exponencial de mortes causadas pela ômicron

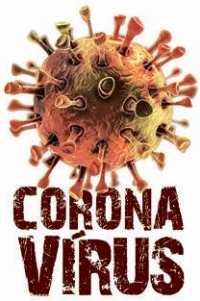
Kicis pode ser investigada por vazar dados

O procurador federal dos Direitos do Cidadão, Carlos Vilhena, encaminhou ao gabinete do procurador-geral da República, Augusto Aras, e ao Ministério Público do Distrito Federal e Território (MPDFT), uma representação proposta pela bancada do PSol na Câmara contra a deputada bolsonarista Bia Kicis (PSL-DF), por ter divulgado, nas redes sociais, os dados de médicos favoráveis à vacinação infantil.

No encaminhamento, o procurador diz “não vislumbrar qualquer providência” que possa ser adotada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) em relação às demandas dos parlamentares. Vilhena pede, portanto, que o MPDFT analise o caso do ponto de vista cível e a Assessoria Criminal Extrajudicial (ACE) de Aras no quesito penal — onde já existe representação sobre o tema — para verificar a ocorrência dos crimes de improbidade administrativa e vazamento de dados nos atos de Kicis e do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

O vazamento de dados pela deputada ocorreu durante as audiências públicas sobre a inclusão de crianças na campanha nacional de imunização contra a covid-19. Informações pessoais de três médicos, como CPF e telefone, foram compartilhadas em grupos bolsonaristas nas redes sociais, e esses profissionais passaram a ser ameaçados. Queiroga foi alvo da representação porque os registros estavam armazenados na pasta da Saúde — ele chegou a dizer que “sou ministro da Saúde, eu não sou fiscal de dados”.

O caso foi encaminhado pelo procurador aos órgãos na última segunda-feira, mas só foi divulgado ontem. Na representação à PGR, os deputados do PSol apontam a necessidade de investigação e denúncia contra Kicis — que admitiu ter compartilhado os dados — porque “há em curso um amplo e sistemático modelo de disseminação de fake news, vazamentos e ameaças, promovido pelo próprio governo Bolsonaro”.



aumento das taxas de ocupação da Unidades de Terapia Intensiva e nove unidades da Federação estão na zona de alerta crítico, com indicador superior a 80%.

Diferenças

Para piorar o quadro, estados e municípios enfrentam diferentes dificuldades na imunização pediátrica. A cidade do Rio de Janeiro, que teve que paralisar a vacinação de crianças por causa da falta de vacinas, retoma hoje as aplicações.

São Paulo, que possui estoque suficiente para imunizar todas as crianças de 5 a 11 anos com a primeira dose, fará, amanhã, mutirão para incentivar a aplicação. O estado ultrapassou a marca de 1,5 milhão de menores de 5 a 11 anos com a injeção inicial. Ao todo, 37,97% do público pediátrico foi vacinado no estado. **(Colaborou João Vítor Tavares, estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi)**

Infecção cresce entre médicos

Uma pesquisa inédita da Associação Médica Brasileira (AMB), em parceria com a Associação Paulista de Medicina (APM), sobre o impacto da variante ômicron, apontou que 87,3% da categoria informou que teve covid-19 nos últimos dois meses ou viram colegas de trabalho se infectar. O levantamento, divulgado ontem, entrevistou 3.517 profissionais de saúde, sendo que mais da metade deles, 52,5%, estão na linha de frente do combate à doença.

O aumento de casos é percebido pela maioria dos entrevistados na sondagem. 96,1% dos médicos que atendem em locais que recebem pacientes com covid-19 observam a tendência de alta de infecções em relação ao último trimestre do ano passado. Outros 44,6% notaram a grande tendência de alta de casos positivos. Quando se compara à situação de óbitos em relação aos últimos três meses do ano passado, a percepção de alta é menor, mas é observada por 40,5%

dos médicos. Com a retomada do avanço das infecções por covid-19, o aumento de casos e mortes pressiona o sistema de saúde e se reflete na saúde dos médicos.

Por sinal, uma das maiores deficiências notadas pelos entrevistados da pesquisa é a falta de médicos e enfermeiros. E aumentou, se comparada com a mesma pesquisa, divulgada um ano atrás: em fevereiro de 2021, 32,5% dos médicos indicaram que faltavam profissionais de saúde na linha de atenção à pandemia; neste ano, a deficiência de pessoal foi percebida por 44,8% dos entrevistados.

Esgotamento

Com o incremento de infecções e a carência de profissionais na linha de frente, a saúde mental desses profissionais também sofre danos. A maioria, 51,1%, se sente esgotada, além de apreensiva (51,6%) e ansiosa (42,7%). Além disso, os profissionais de

saúde relatam que no ambiente de trabalho há colegas que se sentem sobrecarregados (64,2%), estressados (62,4%) e com exaustão física ou emocional (56,2%).

A maioria dos profissionais entrevistados na pesquisa da AMB e da APM reprovou a atuação do Ministério da Saúde na nova onda de covid-19. 34,4% avaliam como péssima a gestão da pasta e 16,6% consideram ruim.

“O que se espera do Ministério da Saúde é a oferta de informações e nós temos um apagão de dados que já existe há um muito tempo. Mas, certamente, a maior falha é nas recomendações. Acabamos de ver um episódio grotesco, que é um secretário do Ministério da Saúde recusar a recomendação da Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS) no tratamento da covid-19, encomendada pelo próprio ministro (Marcelo Queiroga)”, criticou o médico José Luiz Gomes do Amaral, presidente da APM. **(MEC)**

VIOLÊNCIA POLICIAL

STF cobra do RJ plano contra letalidade

» LUANA PATRIOLINO

O Rio de Janeiro tem 90 dias para apresentar um plano para reduzir a letalidade policial e controlar as violações de direitos humanos pelas forças de segurança do estado. A decisão foi tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635 — a ADPF das Favelas.

Em maio de 2021, o ministro Edson Fachin, relator da ação, propôs 11 medidas para combater a letalidade policial no estado e, ontem, os magistrados votam os itens para entrarem em vigor definitivamente. Os principais são:

» Elaboração de um plano para reduzir a letalidade policial e

controlar violações de direitos humanos pelas forças de segurança no prazo de 90 dias;

» Excepcionalidade na realização de operações policiais até o plano seja apresentado. No intervalo, as incursões devem considerar as diretrizes fixadas pelo ONU para uso da força e das armas de fogo por agentes policiais;

» Progressividade no uso de meios letais, cabendo às forças de segurança examinarem, diante das situações concretas, a proporcionalidade e a excepcionalidade do uso da força;

» Prioridade absoluta nas investigações de incidentes que tenham como vítimas crianças e adolescentes;

» Disponibilização de ambulâncias em operações policiais

previamente planejadas em que haja a possibilidade de confrontos armados;

» Mandatos domiciliares devem ser cumpridos apenas durante o dia;

» Instalação de equipamentos de GPS e sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas policiais e nas fardas dos agentes em 180 dias.

Na avaliação do especialista em segurança pública Leonardo Sant’Anna, as ações propostas na ADPF não são suficientes para coibir a violência nas comunidades. “Temos falhas governamentais graves sem qualquer perspectiva de mudança, como desemprego, educação precária e nenhuma assistência econômica que minimize ou se compare

à que é entregue pelo crime organizado”, aponta.

O advogado criminalista Bernardo Fenelon acredita que as medidas impactam diretamente a realidade das operações policiais. “Traria uma obrigação burocrática ainda maior na justificativa das ações em comunidades, quase que obrigando aos agentes públicos explicarem o nível de força que será usado em cada ação”, ressalta.

AADPF cresceu em importância depois da Chacina do Jacarezinho — o maior massacre promovido pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, que deixou 29 mortos. Os agentes que participaram da operação negaram qualquer irregularidade.

A época, em entrevista

Mauro Pimentel/AFP - 6/5/21



Casa no Jacarezinho com sinais de execução após perseguição

coletiva, o delegado Rodrigo Oliveira, que esteve à frente da invasão da comunidade para cumprir mandados de prisão, chegou a dizer que a repercussão do caso

seria resultado de “ativismo judicial”. Há relatos dos moradores do Jacarezinho de perseguições de suspeitos seguidas de execuções sumárias.